

## A decadência da civilização democrática

Benedicto Ismael Camargo Dutra (\*)

*O que mais afeta as democracias é que elas não estão proporcionando os frutos esperados pela população*

Mesmo países que tinham conquistado altos níveis na educação e saúde, com setor privado diversificado, estão sendo submetidos à tendência de precarização geral e consequente aumento de insatisfação, abrindo espaço ao autoritarismo como alternativa de populações desesperançadas e jovens sem ocupação. As democracias permitiram a displicência da classe política e a liberdade está ameaçada.

No Brasil, prefeitos e governantes precisam saber que há auditoria séria sobre os gastos do dinheiro público. Com tantas coisas por fazer, falta imaginação a esses prefeitos e governadores para encontrar atividades remuneradas para esses jovens temerosos do futuro, os quais têm de alcançar melhor aproveitamento das instalações das escolas e de professores colocados à sua disposição.

Nas Repúblicas tudo ficou tão contaminado pelas articulações que os globalistas querem mudanças no jeito de administrar os estados. Diz-se que o anormal é quando não há corrupção nos gastos e investimentos públicos. Há muitos interesses. Quando a situação aperta, as elites no poder tentam uma união para algum propósito, mas falta uma união sincera visando a melhora das condições gerais de vida no planeta Terra.

Incêndio na Catedral de Notre-Dame seria mais um golpe do destino? Conseguiremos conhecer as causas desse acontecimento dramático no coração da Europa? O ano de 2019 tem sido denso na ocorrência de eventos fora da rotina. Os problemas se avolumam pelo mundo. Governantes, empresários e população devem acalmar os ânimos e buscar soluções com serenidade.

O poder caminha ao lado do dinheiro e este se aninha nas entranhas dos BCs e junto a quem os comandam. Há atividade de produção, emprego e consumo, mas também há as operações especulativas, jogos de apostas e oportunidades de ganhos sem que se produza um alfinete.

Mesmo que os governantes parassem de gastar o que não tem, criando dinheiro ou tomando empréstimos, o dinheiro vai crescendo separadamente da economia real ao ser criado pelos BCs ou por

bancos privados através do crédito que muitas vezes não é destinado à produção de bens, e fatalmente se depreciará. Já se fala na necessidade de reformas do sistema capitalista.

O comportamento se mecaniza. As pessoas têm de se movimentar para não perder a individualidade e o raciocínio lúcido. A humanidade se acomodou afastando-se do significado da vida e vai perdendo o sentido. As teorias econômicas continuam as mesmas, os tempos mudaram.

Em muitos países a desindustrialização está acarretando redução de produção e mudanças na estrutura de empregos e salários. Há total descordenação das atividades humanas. A natureza ofereceu os recursos, mas os controladores do dinheiro se sobrepuseram.

O mundo tem de encontrar uma forma de equilibrar a crescente desigualdade na distribuição da renda. De que vale ao país ser rico em recursos naturais, mas ostentar grande miséria geral? A desigualdade e precarização global tem a ver com a partilha das riquezas naturais, que exploradas de forma imediatista, deixam um rastro de destruição, mas face à convivência governamental a maior parte geralmente fica lá fora, beneficiando outros.

O Brasil ficou cheio de dívidas, do poder público, de empresas e pessoas. Os números de fevereiro confirmaram que a paradeira na economia está forte, agravada com a crise global. Com a herança da dívida, o governo está amarrado e não sabe como aumentar a produção e empregos. No governo Dilma, ocorreu elevado carregamento de juros e perdas em swap cambial. É preciso encontrar os meios adequados para reverter essa recessão.

Há algo sinistro na civilização humana. Todas as criaturas são vivificadas pela energia do Criador, mas os homens agem egoisticamente como se não fossem seres humanos. Muitas coisas no relacionamento humano poderiam ser bem diferentes. A época é difícil porque de todos os lados surgem informações negativas, alarmistas. Falta transparência; névoas escuras de interesses se antepõem à verdade. Há muitas coisas confusas sem explicação. Faltam propósitos enobrecedores, a generosidade e a bondade espiritual.

(\*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Hotel Transamerica Berrini, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaeaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). E-mail: (bicidutra@library.com.br); Twitter: @bidutra7.

## Locação de imóveis por sites pode ser regulamentada

Um projeto pode regulamentar a locação de imóveis residenciais por temporada feita através de aplicativos, como o Airbnb. O projeto, do senador Angelo Coronel (PSD-BA), altera a Lei das Locações adicionando um artigo para explicitar que esta prática só será permitida se houver consentimento dos condôminos. A locação realizada através de plataformas digitais de intermediação tem se tornado comum com a popularização de aplicativos que promovem novas formas de relacionamentos entre consumidores e prestadores de serviços.

O Airbnb, que é utilizado no Brasil desde 2012, permite que proprietários aluguem seus imóveis de forma ágil, enquanto disponibiliza um maior número de hospedagens alternativas para os turistas. Em 2016, o site acrescentou R\$ 2,5 bilhões ao PIB, segundo dados da Fipec. Em 2018 o Airbnb contabilizou 3,8 milhões de hóspedes no país.

Para o senador, no entanto,

essas tecnologias representam novos desafios para a sociedade, criando situações que não estão previstas na legislação e podem gerar conflitos. No caso do aluguel há, de um lado, aqueles que buscam obter, por meio de sua propriedade privada, a geração de renda extra, e, de outro, moradores que não querem ver um condomínio residencial ser usado como um espaço de hospedagem turística.

Angelo Coronel diz ser preciso preencher o “vazio legislativo” na qual se encontram estas plataformas de aluguel de imóveis. Para contornar estas divergências, o projeto determina que seja feita votação, com quorum de dois terços dos condôminos, de acordo com o Código Civil, para definir se a prática será permitida e quais serão as regras a ela aplicadas. O projeto de lei tramita na CCJ, onde aguarda o recebimento de emendas e a escolha de relator. Se aprovado, o texto será encaminhado para a Câmara (Ag.Senado).

## Comissão da reforma da Previdência deve votar parecer em junho

O presidente da comissão especial que vai analisar o mérito da reforma da Previdência na Câmara, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), disse na terça-feira (30) que espera votar o parecer da proposta em junho no colegiado

“Se o presidente Rodrigo Maia quer votar em plenário em julho, vamos montar o cronograma para terminar os trabalhos em junho. Acontece que existem elementos nesse debate que independem de nós, porque a elaboração do relatório na comissão tem que ser coordenada com a construção de maioria no plenário”, afirmou o parlamentar.

Ramos reuniu-se com o relator da reforma da Previdência, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), e com o vice-presidente da comissão, deputado Silvio Costa Filho (PRB-PE), para definir um cronograma de trabalho que será apresentado aos coordenadores de bancada dos partidos que compõem o colegiado na próxima terça-feira (7), quando ocorrerá a primeira reunião ordinária da comissão.

O plano de trabalho prevê que 11 audiências públicas sejam feitas em maio ouvindo a equipe econômica e repre-



O relator, deputado Samuel Moreira, o presidente da Comissão, deputado Marcelo Ramos, e o vice-deputado Silvio Costa Filho, definem o calendário para os trabalhos da comissão.

sentantes de corporações e da sociedade civil. A ideia de Ramos é reunir a comissão três vezes por semana. “Temos 130 sugestões de pessoas a serem ouvidas em requerimentos protocolados. A nossa ideia é ouvir entre 50 e 60 pessoas, as mais variadas, desde representantes de associações corporativas,

técnicos, acadêmicos, a equipe do Ministério da Economia”, informou.

Marcelo também se reuniu com os deputados da oposição, Júlio Delgado (PSB-MG), e Orlando Silva (PCdoB-SP). “Tratamos de procedimentos. Ficou claro que não vai ter acordo. Existe um regimento

que vale para o governo e para a oposição. É necessário um debate aprofundado”, afirmou Orlando Silva. Para Júlio Delgado, é pouco provável votar o parecer na comissão especial em junho. “Não precisa ter pressa para fazer a coisa direito que acolha o sentimento de todos os brasileiros”, disse (ABR).

## Alvaro Dias defende refundação da República

O senador Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu a refundação da República para pôr fim ao divórcio entre os governantes e a população do Brasil. Para isso, como avaliou o senador, é preciso eliminar uma série de privilégios conferidos às autoridades, entre eles, o foro privilegiado, as aposentadorias especiais e o chamado auxílio-moradia.

Após qualificar de imprescindível a reforma da Previdência, o parlamentar defendeu a adoção de um modelo tributário mais moderno e próximo aos dos sistemas europeu e norte-americano. Dias apontou como outro desafio no caminho da refundação da República a aprovação de um novo pacto federativo, que equilibre a distribuição dos recursos arrecadados pela União.

“O sistema atual está esgarçado, promovendo a injustiça distributiva. Quando se fala numa reforma tributária, portanto, há de se falar conjuntamente na reforma do sistema federativo. A reforma tributária terá obviamente a missão de arrecadar bem, mas distribuir melhor ainda, porque ocorre que, nos últimos anos, arrecadamos bem, mas distribuímos mal. Aplicamos mal os recursos e a má aplicação começa exatamente na injustiça distributiva”, acrescentou (Ag.Senado).

## PEC reduz férias de magistrados e membros do MP

Tramita no Senado uma proposta que limita a 30 dias a duração das férias dos magistrados e dos membros do Ministério Público (MP). A proposta também veda a adoção da aposentadoria compulsória como sanção disciplinar para juízes e prevê a demissão deles e de integrantes do MP, por interesse público. O texto aguarda designação do relator na CCJ.

A proposta, do senador Carlos Viana (PSD-MG), reduz o período de férias dos magistrados e membros do Ministério Público, que hoje é de 60 dias, para 30 dias, visando diminuir os gastos públicos e garantir maior eficiência aos jurisdicionados. “Não podemos conceber que o labor dos juízes e também dos membros do MP implique, em comparação com diversas outras profissões dos setores público e privado, a necessidade de se ausentar de suas funções por 60 dias a cada ano”, justifica.

A matéria altera também a



Proposta do senador Carlos Viana também prevê demissão, em vez de aposentadoria compulsória.

sanção aplicada a magistrados que cometem infrações administrativas, possibilitando a demissão, por meio de processo administrativo interno. Atualmente o infrator é aposentado compulsoriamente, recebendo proventos proporcionais ao tempo de serviço, podendo somente perder o cargo após sentença transitada em julgado, ou seja, quando não houver mais possibilidades de recorrer.

“A aposentadoria compulsória

não é sanção adequada nem proporcional à gravidade da conduta do magistrado, devendo ser substituída pela demissão. O Estado não pode ser obrigado a seguir remunerando quem atentou contra a moralidade pública, notadamente aqueles que regem a administração pública como a supremacia do interesse público, a moralidade, a probidade e a eficiência”, argumenta o senador (Ag.Senado).

## Senador critica a oposição e defende reformas propostas

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) manifestou apoio ao presidente da República, Jair Bolsonaro, e elogiou o governo pelos seus primeiros 100 dias. O senador disse que, mesmo tendo assumido com um “passivo enorme”, o governo tem sido cobrado com veemência por “alguns que compuseram governos anteriores”.

“Acreditei e torci pelo sucesso dos governos socialistas. Acreditei no Plano Real. Acreditei que o tsunami que varria o mundo não passaria de uma marolinha em nosso país. Agora, por favor, permitam-me acreditar num governo liberal. Torcer para o seu prédio pegar fogo só porque não gosta do síndico é pura insanidade”, afirmou.

Além da oposição, ele também criticou a imprensa, que a seu ver tenta “impedir o avanço” da equipe de governo. E disse que, mesmo assim, Bolsonaro segue com apoio popular e “continua sendo vento da estação”. Chico Rodrigues também defendeu as reformas propostas pelo



Senador Chico Rodrigues (DEM-RR).

Executivo e apontou para as dificuldades fiscais que precisam ser enfrentadas.

“Números oficiais do Tesouro Nacional mostram, em um cenário otimista, que a dívida pública deve chegar a R\$ 4 trilhões, dos quais R\$ 640 bilhões têm que ser pagos ainda neste ano. Logo, precisamos de R\$ 139 bilhões, mais R\$ 640 bilhões e mais os juros de R\$ 165 bilhões. Só a desco-

berto, ou popularmente sem fundos, é quase R\$ 1 trilhão. Onde vamos conseguir tanto dinheiro sem as reformas? E o Congresso, salvo exceções, boicotando medidas urgentes para retomar o crescimento e tirar um pouco do sofrimento de milhões de brasileiros. Já são mais de 13,5 milhões de brasileiros que o governo já encontrou no desemprego”, declarou (Ag.Senado).